



**escola de gestores**  
da educação básica

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A ORGANIZAÇÃO DOS TEMPOS ESCOLARES**

**CLAUDIA MARCIA CAETANO DA CONCEIÇÃO**

**BELO HORIZONTE  
OUTUBRO - 2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A ORGANIZAÇÃO DOS TEMPOS ESCOLARES**

**CLAUDIA MARCIA CAETANO DA CONCEIÇÃO**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Jussara Bueno Queiroz Paschoalino do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais - (UFMG).

**BELO HORIZONTE  
OUTUBRO - 2013**

# **FOLHA DE APROVAÇÃO**

Claudia Márcia Caetano da Conceição

## **A ORGANIZAÇÃO DOS TEMPOS ESCOLARES**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em \_\_\_\_ de Outubro de dois mil e treze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

---

Avaliador

---

Prof. Jussara Bueno Queiroz Paschoalino – Orientador

---

Prof<sup>a</sup>. Claudia Márcia Caetano Da Conceição - Cursista

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho em primeiro lugar a Deus, que me possibilitou a participação neste curso e me deu condições de concluí-lo e a meus colegas de trabalho que me apoiaram, incentivaram e muito contribuíram para meu crescimento pessoal e profissional.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha família pela compreensão das vezes que precisei deixá-los em segundo plano, à minha diretora, Andrea Caroline Correia e Silva, companheira em mais essa jornada, pelo incentivo e apoio. A todos os professores, e coordenadores da Escola de Gestores pela dedicação, compromisso e cuidado com conosco.

## **RESUMO**

O presente trabalho apresenta a análise sobre os tempos escolares da escola Municipal Professor Daniel Alvarenga, de Belo Horizonte, gestão democrática, comunidade do Bairro Jaqueline, conjunto Zilah Spósito. Sobretudo, tomadas de decisões para a construção do Projeto Político Pedagógico da escola, esse trabalho vem apresentar uma reflexão sobre a necessidade dos tempos coletivos para planejamento, avaliação e construção da gestão democrática. Por fim, trata-se da reflexão sobre a importância dos tempos coletivos sob o prisma da gestão democrática.

Palavras-chave: ACPATE- Tempos coletivos de planejamento - Avaliação

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	8
TÍTULO DA ANÁLISE .....	9
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	15
REFERÊNCIAS.....	16
ANEXO Projeto Político Pedagógico .....	17

## INTRODUÇÃO

A Escola Municipal Professor Daniel Alvarenga, definiu em seu Projeto Político Pedagógico como visão, “ser referência na formação do indivíduo no município, buscando a excelência em educação”. (PPP, 2013, p.10). E como Missão, “trabalhar cooperativamente por meio de ações pedagógicas significativas, garantindo a inclusão social num ambiente de crescimento humano acolhedor”. (PPP, 2013, p.10). No esforço para tornar realidade os conceitos citados, alguns pontos se destacam: um currículo atrelado à realidade e à necessidade do alunado, uma estrutura pedagógica e administrativa organizada, espaços adequados e tempos escolares bem distribuídos. Esses elementos bem articulados entre si contribuem significativamente para a qualidade na educação que tanto se busca, pois criam melhores condições para o aprendizado.

Desse modo, a Qualidade da Educação é definida envolvendo a relação entre os recursos materiais e humanos, bem como, a partir da relação que ocorre na escola e na sala de aula, ou seja, os processos ensino aprendizagem, os currículos, as expectativas de aprendizagem com relação a aprendizagem das crianças etc.(DOURADO, OLIVEIRA e SANTOS, s/d, p.6).

Dentre eles, a organização do tempo pedagógico é um grande desafio, pois é preciso se pensar no tempo do aluno e do professor, sob a ótica da gestão democrática e da legislação que discorre a respeito. Por um lado, a gestão democrática exige uma participação coletiva efetiva, por outro, a legislação acaba por limitar as possibilidades de organização que favoreçam tal participação.

Pensando nisso, este trabalho apresenta uma análise crítica da realidade concreta de uma escola pública mineira frente à legislação e reflete sobre a importância do tempo coletivo na construção de uma escola de qualidade.

## **A ORGANIZAÇÃO DOS TEMPOS ESCOLARES**

Na Escola Municipal Professor Daniel Alvarenga a organização dos tempos escolares se dá através da construção da grade curricular e da distribuição da carga horária, respeitando o que diz a Estruturação do Trabalho Escolar na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte, que divide a carga horária do professor, que é de 22 horas e 30 minutos semanais em 15 horas de regência, 5 horas de ACEPAT (Atividades Coletivas de Planejamento e Avaliação do Trabalho Escolar) e 2 horas e 30 minutos de intervalo, baseado no que diz a legislação vigente.

A lei federal nº 11738, de 16 de julho de 2008, em seu artigo 2º, § 4º, define assim a carga horária do professor: “Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos”. (BRASIL, 2008).

Em consonância com a legislação federal, o município de Belo Horizonte também referenda o aspecto da organização do trabalho do professor ao apresentar na lei Municipal 7.577/98 no Artigo 4º as determinações:

§ 3º- “Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois/terços) da carga horária para o desempenho das atividades 'de interação com os educandos.”

§ 4º “-As atividades coletivas de Planejamento e avaliação escolar, previstas no parágrafo anterior compreende as tarefas definidas pelo projeto político pedagógico da escola e administradas por seu Colegiado...” (BELO HORIZONTE, 1998).

Novamente, foi preciso normatizar a organização do trabalho docente. Assim, com esta perspectiva, na Estruturação do Trabalho Escolar da Rede Municipal de Belo Horizonte, o ACPATE é caracterizado como:

- Atividades coletivas: trata-se de tempos para encontros dos professores em pequenos coletivos, segundo o projeto da escola.
- Atividades de Planejamento e avaliação – Pressupõe a organização cotidiana das pedagógicas e a avaliação constante das mesmas, de forma que as dificuldades apresentadas pelos alunos possam ser percebidas e trabalhadas pedagogicamente dentro do ciclo.
- Atividades definidas pelo projeto pedagógico da Escola, e administradas por seu colegiado - O PPP, vinculado à Política Educacional coordenada pela Secretaria Municipal de Educação, define as tarefas a serem

desempenhadas pelos profissionais na escola, tarefas estas que dizem respeito às atividades com os alunos, com os professores entre si, com a coordenação pedagógica, com os familiares e com as comunidades nas quais as escolas estão inseridas.

- Participação dos profissionais em atividades de formação organizadas pela Smed/Gered e demais instâncias, na própria escola ou outros espaços. (BELO HORIZONTE, 2006, p. 17).

Vale analisar que, as determinações legais foram explicitadas, no entanto, fica assim, o desafio de organizar tal tempo de modo a atender as múltiplas tarefas reservadas para este horário. A importância de se ter espaço nas escolas para a construção coletiva de sua proposta pedagógica como um todo, para o monitoramento das ações e constante avaliação é indiscutível. Braslavsky (2004) afirma que “as escolas que conseguem construir uma educação de qualidade são aquelas onde os adultos trabalham juntos”. (BRASLAVSKY, 2004, p. 29). Neste sentido, o ACEPAT foi criado com o propósito de ser destinado às atividades coletivas de planejamento e Avaliação escolar, mas tem se tornado cada vez mais um tempo para as atividades exercidas individualmente.

Nesses horários o professor prepara seu material para as aulas, corrige atividades, elabora avaliações, preenche fichas e diários. Ele se faz individual principalmente pela dificuldade de reunião de todo o grupo, uma vez que dois terços dos professores lecionam enquanto um terço participa do ACEPAT.

O fato de o ACPATE ocorrer ao mesmo tempo em que as aulas, impossibilita a reunião dos profissionais que lecionam numa mesma turma e o desenvolvimento de Projetos interdisciplinares e ações em conjunto. Essa organização do tempo do professor tem resultado em uma prática onde a maior parte é dedicada às atividades de Planejamento e Avaliação, deixando uma lacuna que precisa ser preenchida, que diz respeito ao tempo para atividades coletivas e de formação continuada.

Além da necessidade pedagógica aqui apresentada, também a gestão democrática exige que sejam criados espaços de discussões que possibilitem a construção coletiva do projeto pedagógico e também que as escolas criem ambientes que favoreçam essa participação.

A instituição educativa, no cumprimento de seu papel, e na efetivação da gestão democrática, precisa não só criar espaços de discussões que

possibilitem a construção coletiva do projeto educativo, como também criar e sustentar ambientes que favoreçam essa participação. (MEC, 2006, p. 32)

A gestão democrática é um princípio estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), devendo tal princípio se efetivar por meio de processos coletivos, envolvendo a comunidade local e escolar e garantindo as condições para que espaços de participação ocorram.

A gestão da escola se traduz cotidianamente como ato político, pois implica sempre uma tomada de posição dos atores sociais. Logo, a sua construção não pode ser individual, pelo contrário, deve ser coletiva, envolvendo os diversos atores na discussão e na tomada de decisões. (MEC, 2006, p. 26)

A democratização da gestão escolar propõe o fim dos processos centralizados de decisão e a criação de uma gestão colegiada, o que implica na construção de processos na qual as decisões nasçam das discussões coletivas, orientadas pelo sentido político e pedagógico presente nessas práticas.

Veiga (1995) afirma que a gestão democrática exige a compreensão em profundidade dos problemas postos pela prática pedagógica. Portanto, é preciso repensar o tempo dos professores. A escola precisa garantir espaço para que os professores possam manifestar as dificuldades do cotidiano e traçar coletivamente as estratégias para superá-las. A LDB (1996) dispõe sobre a participação dos docentes na construção do Projeto Político Pedagógico da Escola:

Art. 13º. Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

Art. 14º. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; (BRASIL, 1996).

Assim, fazer cumprir no ACPATE os momentos de planejamento coletivo é mais que necessário. É preciso que ele seja utilizado também para garantir o

desenvolvimento de um trabalho dentro de uma linha democrática e construtiva contribuindo para o bom desempenho da escola como um todo.

Para possibilitar esse espaço, a escola deve estabelecer reuniões pedagógicas semanais com a participação de todos os professores, coordenação pedagógica e direção, para discussões, planejamentos e formação em serviço. Uma escola que se propõe a trabalhar cooperativamente como define a sua missão, deve ter como um de seus pilares a construção coletiva e a gestão democrática.

[...] apresentar a ideia de gestão democrática como sendo o processo político através do qual as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas e os encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola (SOUZA, 2013. p.1).

As reuniões pedagógicas devem incluir momentos de discussão da proposta pedagógica, das finalidades da escola, sua função social e o papel de cada um neste processo, pois [...] uma escola eficaz é resultado de uma construção de sujeitos engajados pedagógica, técnica e politicamente no processo educativo (DOURADO, OLIVEIRA e SANTOS, s/d, p.8). Desta forma, conforme previsto na Estruturação do Trabalho Escolar na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte e na própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) o processo democrático tem que ocorrer no coletivo.

Na busca da solução para a falta de tempo e espaço das discussões coletivas, a Prefeitura de Belo Horizonte propõe as Reuniões Pedagógicas em horário extraturno. Mas mesmo assim, esbarra-se no fato de que a praticamente todos os docentes trabalham mais de uma jornada, muitas vezes em outras redes de ensino.

Várias tentativas foram feitas no intuito de se conseguir reunir todos os profissionais para as reuniões, como a utilização dos sábados, encontros à noite ou logo após a jornada. Porém é inevitável a ausência de uma parte considerável do grupo de docentes devido a outros compromissos profissionais.

Fica evidente que a melhor maneira de se conseguir a ampla participação dos docentes na construção da proposta pedagógica, no monitoramento e na constante avaliação das ações é através de reuniões pedagógicas no próprio turno de trabalho dos docentes. É preciso analisar o que diz a legislação a respeito do Tempo escolar:

Art. 24º. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;

Art.34 – A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na Escola. (BRASIL, 1996).

Para se conseguir a organização das reuniões pedagógicas dentro do próprio horário de trabalho, sem ferir a legislação de que diz de 800 horas anuais e 4 horas diárias mínimas de efetivo trabalho escolar, faz-se necessário se refletir sobre o que se considera atividade pedagógica. Tal esclarecimento foi solicitado ao Conselho Nacional de Educação, que deu o parecer a seguir:

As atividades livres ou dirigidas, durante o período de recreio, possuem um enorme potencial educativo e devem ser consideradas pela escola na elaboração da sua Proposta Pedagógica. Os momentos de recreio livre são fundamentais para a expansão da criatividade, para o cultivo da intimidade dos alunos mas, de longe, o professor deve estar observando, anotando, pensando até em como aproveitar algo que aconteceu durante esses momentos para ser usado na contextualização de um conteúdo que vai trabalhar na próxima aula.

Na legislação, o recreio e os intervalos de aula são horas de efetivo trabalho escolar, conforme conceituou o CNE, no Parecer CEB nº 05/97:

“As atividades escolares se realizam na tradicional sala de aula, do mesmo modo que em outros locais adequados a trabalhos teóricos e práticos, a leituras, pesquisas ou atividades em grupo, treinamento e demonstrações, contato com o meio ambiente e com as demais atividades humanas de natureza cultural e artística, visando à plenitude da formação de cada aluno. Assim, não são apenas os limites da sala de aula propriamente dita que caracterizam com exclusividade a atividade escolar de que fala a lei. Esta se caracterizará por toda e qualquer programação incluída na proposta pedagógica da instituição, com freqüência exigível e efetiva orientação por professores habilitados. Os 200 dias letivos e as 800 horas anuais englobarão todo esse conjunto.”

Fica muito claro que, caso alguma atividade não esteja incluída na proposta pedagógica da instituição, a mesma não poderá ser computada no cálculo das horas de efetivo trabalho escolar. Do mesmo modo, a efetiva orientação por professores habilitados é condição indispensável para a caracterização de “horas de efetivo trabalho escolar” (CEB,1997).

Assim, a escola poderá desenvolver outras atividades, desde que orientadas por professores habilitados para tal, a serem desempenhadas pelos alunos e que possibilitem a Reunião pedagógica semanal dentro da jornada de trabalho do professor.

Na Escola Municipal professor Daniel Alvarenga, o projeto pedagógico prevê que a instituição proporcione aos alunos vivências culturais diversificadas, a fim de que

sejam trabalhadas as múltiplas habilidades dos educandos através de oficinas de artesanato, música, dança, esportes, inclusão digital e outras. As oficinas são ministradas por profissionais com habilidades específicas, sob a orientação e monitoramento da Equipe Pedagógica da escola.

Essa organização permite que o grupo de professores tenha horários de ACPATE todos juntos e que ocorra a realização das reuniões pedagógicas semanalmente, dentro do turno de trabalho, com o objetivo de se discutir os projetos da escola e a efetivação de seu Projeto Político Pedagógico.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após analisar a legislação constante neste trabalho e a forma como a política educacional vem valorizando e incentivando a gestão democrática nas escolas, percebe-se que a construção de espaço para discussão nas escolas se é preciso e urgente.

Para se trabalhar cooperativamente, através de atividades pedagógicas significativas, como propõe a missão da Escola municipal professor Daniel Alvarenga, é preciso pensar junto, trocar experiências, planejar, discutir, estudar, afinar as ideias, a fim de se construir uma escola sólida, única no que diz respeito a sua finalidade. O grupo de professores precisa estar bem afinado quanto às concepções de educação da escola, que vão alicerçar toda a organização do trabalho pedagógico.

Nesse sentido, zelar para a efetivação da gestão democrática criando espaços de discussões que possibilitarão a construção coletiva do projeto educativo e sustentar ambientes que favoreçam tal participação é fundamental. O Projeto Político Pedagógico é uma das estratégias onde podemos garantir tal espaço e tempo. É através das discussões que permeiam a elaboração do PPP que a Escola se firma com Unidade, capaz de traçar seus caminhos, metas e objetivos coletivos a fim de se alcançar a tão desejada qualidade.

Mas também é necessário políticas públicas educacionais que facilitem e financiem as iniciativas de implementação da Gestão Democrática no que diz respeito à organização do Tempo Escolar. Novas possibilidades de organizar o tempo e maior autonomia das escolas se fazem necessários.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte. **Estruturação do trabalho Escolar na RME BH**, 2006.

BELO HORIZONTE. Lei 7577/98 | Lei nº 7577 de 21 de setembro de 1998. Disponível em: < <http://cm-belo-horizonte.jusbrasil.com.br/legislacao/237420/lei-7577-98>> Acesso em 20/09/2013.

BRASLAVSKY, Cecília. **Dez fatores para uma educação de qualidade no século XXI**. Madri: Moderna, 2004.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei n.9.394/96. Disponível em: <[mec.gov.br/legis/default.shtm](http://mec.gov.br/legis/default.shtm)>. Acesso em 20/09/2013.

BRASIL. **Lei 11738**. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm). Acesso em 21/09/2013.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CEB nº 05/97**. Disponível em: <[http://www.mpes.gov.br/anexos/centros\\_apoio/arquivos/19\\_2073116182482006\\_Parecer%200597\\_Integra.doc.pdf](http://www.mpes.gov.br/anexos/centros_apoio/arquivos/19_2073116182482006_Parecer%200597_Integra.doc.pdf)> Acesso em 22/09/2013.

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Disponível em: <<http://escoladegestores.mec.gov.br/site/9-biblioteca/pdf>>. Acesso em 21/09/2013

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Básica. **Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor**. Elab. Ignez Pinto Navarro – et al. Brasília, 2006.

SOUZA, Ângelo Ricardo de Souza et al. **Níveis do planejamento educacional** Disponível em: [http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/educacao\\_texto1.pdf](http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/educacao_texto1.pdf). Acesso em 10/09/2013.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org). **Projeto Político Pedagógico da escola. Uma construção possível**. Campinas, Papiros, 1995.

ANEXO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**ANDREA CAROLINE CORREIA E SILVA  
CLAUDIA MARCIA CAETANO DA CONCEIÇÃO**

**BELO HORIZONTE, 2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO  
DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR DANIEL ALVARENGA**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Andrea de Souza Boy do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE, 2013**

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

**ANDREA CAROLINE CORREIA E SILVA  
CLAUDIA MARCIA CAETANO DA CONCEIÇÃO**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO  
DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR DANIEL ALVARENGA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em \_\_\_ de outubro de dois mil e treze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

---

Prof. Nome completo do Professor – Avaliador

---

Prof. Nome completo do professor – Orientador

---

Prof<sup>a</sup>. Nome completo - Cursista

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>1. FINALIDADES DA ESCOLA .....</b>	<b>9</b>
<b>2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL .....</b>	<b>12</b>
• <b>Estrutura Organizacional Administrativa .....</b>	<b>12</b>
• <b>Estrutura Organizacional Pedagógica.....</b>	<b>13</b>
<b>3. CURRÍCULO.....</b>	<b>16</b>
<b>4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES .....</b>	<b>21</b>
<b>5. PROCESSOS DE DECISÃO .....</b>	<b>24</b>
<b>6. RELAÇÕES DE TRABALHO .....</b>	<b>27</b>
<b>7. AVALIAÇÃO .....</b>	<b>29</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>32</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>33</b>

## INTRODUÇÃO

A proposta apresentada a seguir é resultado da discussão e avaliação dos processos políticos e pedagógicos na Escola Municipal Professor Daniel Alvarenga ocorrido nos anos de 2012 e 2013. Teve início com a avaliação do ano de 2011 feita por professores e coordenadores no início do ano letivo de 2012, que apontou a necessidade da escola construir uma proposta de trabalho não apenas pedagógica, mas também política, mostrando através do trabalho desenvolvido, os desejos e expectativas da comunidade escolar e local quanto à formação de crianças e adolescentes.

A Escola Municipal Professor Daniel Alvarenga, fundada em 1999, está localizada na Região Norte de Belo Horizonte. Trata-se de uma das regiões com maior índice de vulnerabilidade social de Belo Horizonte, de acordo com os dados oficiais.

A comunidade é formada por famílias com baixo poder aquisitivo, pessoas marcadas pela exclusão social, vítimas do descaso das autoridades, carentes de bens e serviços essenciais para a satisfação das necessidades básicas, além da falta de acesso à saúde, segurança, justiça, cidadania e representação política. Oriunda do Movimento dos Sem Teto tem como característica principal a utilização de lutas e movimentos organizados para reivindicar seus direitos.

A Escola iniciou suas atividades ao ar livre, sem nenhuma estrutura física ou material. Os alunos utilizavam caixotes para sentar e escrever e as aulas eram ministradas embaixo das árvores no terreno da Igreja Santa Beatriz, que ficava ao lado do acampamento onde a maioria dos alunos residia em barracas de lona. Em 2000 a Prefeitura de Belo Horizonte construiu cinco salas de aula e dois banheiros neste mesmo local para atender os alunos até a construção da sede atual.

*“Inicialmente, entre as montanhas da região, não haviam as construções de hoje. Havia uma aridez semelhante a dos desertos, onde tudo precisa ser edificado: casas para os moradores, escola, comércio, centro de saúde e mais que tudo isso, as relações que sustentariam a existência dessas construções. A partir da luta da comunidade, as casas começaram a ser erguidas e a escola que inicialmente funcionou em terreno cedido pela igreja, ganhou terreno e a comunidade espaço.”(Professora Maria Laura de Abreu, professora do 1º ciclo da EM Prof. Daniel Alvarenga )*

Através da mobilização e da luta da comunidade foi autorizada a construção do prédio próprio, conseguido através do Orçamento Participativo.

Em 13 de Agosto de 2003 foi inaugurada a sede atual, localizada à Rua Coquilho, nº 10, Conjunto Zilah Spósito. Privada dos direitos essenciais, a comunidade busca na escola uma alternativa para ações sociais que possam modificar a realidade existente.

“Já não eram mais desabrigados os adultos e esquecidas as crianças. Suas histórias e seus problemas adentraram os muros da escola e esta como um grande navio, enfrentou momentos de maré cheia, tormentos e tempestades, intercalados por calma.” *(Professora Maria Laura de Abreu, professora do 1º ciclo da EM Prof. Daniel Alvarenga)*

A Escola Municipal Professor Daniel Alvarenga foi a primeira escola de Belo Horizonte a implantar o Projeto Escola Integrada em 2006. Os alunos passaram a participar de várias atividades no contra turno com oficinas de capoeira, artesanato, taekwondo, flauta, orientação sexual, dança, esporte e reforço escolar.

Em 2010, para atender as crianças de 0 a 5 anos, foi criada a Unidade Municipal de Educação Infantil Zilah Spósito, com capacidade para 440 crianças. A UMEI é vinculada à Escola Municipal Professor Daniel Alvarenga e está localizada à Rua Coquilho, nº 75.

A Escola Municipal Professor Daniel Alvarenga, atende atualmente 881 alunos do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos nos turnos da manhã, tarde e noite, sendo que 225 alunos de 6 a 14 anos frequentam o Programa Escola Integrada participando de oficinas de artesanato, higiene e saúde, capoeira, informática, esportes, dança e reforço escolar.

Por se tratar de uma escola que acredita na gestão democrática, todos os atores foram chamados a participar da construção / discussão do Projeto Político Pedagógico. Azevedo ( 2010) afirma que :

“ ...É inegável a importância do projeto pedagógico , particularmente quando se assume o seu significado como Projeto Político Pedagógico, o que ocorre quando seu processo de elaboração e implementação se pauta pelo princípio

democrático da participação e, portanto, como um dos elementos do exercício da gestão democrática”.

Através da avaliação da instituição, onde foram abordados pontos dos processos pedagógicos e administrativos, das relações professor x aluno e escola x comunidade, entre outros, foi traçado um perfil que constitui a escola que temos. Simultaneamente a equipe de profissionais da escola participou de formação com o objetivo de estimular a reflexão a respeito das ações praticadas no cotidiano escolar que é a concretização da escola real.

Assim, apontar os pontos positivos e negativos propiciou a construção do conceito de escola real. Azevedo cita em seu texto que Barbier ( 1996) adverte :

“...projetar significa procurar intervir na realidade futura, a partir de determinadas representações sobre problemas do presente e sobre suas soluções . Por isto, constitui um futuro a construir , algo a concretizar no amanhã, a possibilidade de tornar real uma idéia , transformando –a em ato.”

Diante do exposto, o segundo passo foi definir a escola ideal para a comunidade escolar da Escola Municipal Professor Daniel Alvarenga e foram definidos os valores, a missão e a visão que seriam os princípios que fundamentariam as ações da Escola. A partir das reflexões feitas e das necessidades apontadas nos grupos de discussão foi construído o organograma do Projeto Político Pedagógico.

No ano de 2013, após definida as finalidades da educação na Escola Municipal Professor Daniel Alvarenga e com base nas discussões do ano anterior , iniciou-se o processo de registro dos processos que já ocorriam na escola e re-elaboração daqueles que foram apontados como sendo necessário reestruturar, levantando ações e intervenções que se faziam necessárias, tendo como norte a missão, a visão e os valores definidos nas finalidades da educação.

Desta forma foi construído este projeto que tem como principal objetivo, ser o instrumento que levará a escola a caminhar rumo ao ideal desejado e merecido pela comunidade Zilah Spósito e pela Equipe da Escola Municipal Professor Daniel Alvarenga.

“Com força semelhante à da comunidade na qual está inserida, a escola se propôs a criar alternativas capazes de amenizar os

impactos desses problemas na vida das crianças, suavizando as relações dos alunos com a escola, os colegas e consigo mesmos. A escola não é mais o espaço onde deixavam transparecer o mundo externo, violento, mas passou a ser espaço do crescer, do futuro, da solidariedade, do amor, respeito..." (Professora Maria Laura de Abreu, professora do 1º ciclo da EM Prof. Daniel Alvarenga).

## **1.FINALIDADES DA ESCOLA**

Como marco de embasamento para aprofundarmos a definição das finalidades da educação iniciamos pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB que estabelece que “a educação, dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

O mundo hoje sugere uma diversidade de coisas, conceitos, ações, valores, que estão condensados no ser humano. Assim, o ser humano “globalizado” requer uma compreensão que dê conta dessa diversidade e na forma como as atitudes e comportamentos desse homem refletem no meio em que vive. Trabalhar na escola, diretamente com o ser que está em formação, requer uma nova compreensão, considerando as dimensões biológica, cognitiva e social da vida, da mente e da sociedade, isto é, precisamos rever nossos conceitos, valores e ações.

A escola ao definir como valores a ética, o respeito, a solidariedade, a participação, a democracia, a valorização e a criatividade, oportuniza aos alunos a vivência destas dimensões integrando-os na escola e também na comunidade.

Na perspectiva de compreensão do homem como ser multidimensional, a educação deve responder a uma multiplicidade de exigências do próprio indivíduo e do contexto em que vive. Assim, a educação integral deve ter objetivos que construam relações na direção do aperfeiçoamento humano. [...] A educação, como constituinte do processo de humanização, que se expressa por meio de mediações, assume papel central na organização da convivência do humano em suas relações e interações, matéria-prima da constituição da vida pessoal e social (GUARÁ, 2006, p.16).

O ensino precisa ser compatível com essa nova leitura de mundo vivido que se baseia em uma visão sistêmica e complexa. É possível perceber a necessidade de construir uma noção atual de complexidade onde percebemos que a aceleração do desenvolvimento tecnológico, a velocidade do fluxo de informações, a grande competição mundial, e a degradação dos recursos naturais exigem uma atenção especial de cada ser humano e da sociedade contemporânea. Isso exige um diálogo entre a escola e a sociedade e entre as diversas ciências e áreas do conhecimento. A educação, trabalhada no âmbito da escola, pode e deve ser desenvolvida através de projetos interdisciplinares que contemplem as diversas disciplinas escolares e se realizem com a participação dos professores, alunos e comunidade.

O Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte no seu Parecer nº 052/2002 diz:

(...) democratizar é construir participativamente uma educação de qualidade, vivida numa escola que seja um espaço de prática, de conquista de direitos, de efetivação de direitos, de formação de sujeitos sociais que à medida que constroem suas individualidades vão construindo os coletivos, de identificação de valores sociais éticos voltados para a configuração de um projeto social solidário que tenha como horizonte a prática da justiça, da liberdade, das relações respeitadas, do direito à diversidade, da perspectiva da construção coletiva.

Dessa forma, a participação dos membros da comunidade escolar deve ser um princípio a ser vivenciado no dia a dia da escola conforme é citado neste mesmo Parecer:

(...) de lugar da informação a escola passa a um dos lugares da formação. Esse movimento se constitui na abertura da escola – através de seus sujeitos – para a construção de novos conhecimentos sociais que se estabelecem em virtude dos interesses comuns da comunidade escolar, e vem sendo construído em seus aspectos político, social e pedagógico...

As relações na escola passam a ser de sujeitos sócio-culturais sendo necessário levar o aluno a refletir sobre a sua participação efetiva e consciente na sociedade em que vive buscando melhorar e questionar cotidianamente as relações e ações percebidas na escola.

Segundo o educador e gestor escolar, Celso Vasconcelos, “Na sua essência, a educação é projeto, e, mais do que isto, encontro de projetos;

encontro muitas vezes difícil, conflitante, angustiante mesmo; todavia altamente provocativo, desafiador, e, porque não dizer, prazeroso, realizador!”

## 1.1- VISÃO, MISSÃO E OBJETIVOS INSTITUCIONAIS

A Escola Municipal Professor Daniel Alvarenga tem como Visão:

*Ser Referência na formação do indivíduo em nosso município, buscando a excelência em educação.*

E como missão:

*Trabalhar cooperativamente por meio de ações pedagógicas significativas, garantindo a inclusão social num ambiente de crescimento humano acolhedor.*

Para cumprir essa missão foram definidos os seguintes objetivos institucionais:

- Promover o acesso e permanência do aluno com vista a inclusão social;
- Possibilitar aos alunos outras vivências permitindo assim sua inserção na sociedade;
- Implementar a gestão democrática envolvendo os alunos, funcionários, professores e famílias em questões de tomada de decisões;
- Elaborar o plano curricular de acordo com as necessidades locais, alinhando as ações pedagógicas com as finalidades sociais definidas nos PCNs e propostas pela escola;

- Alinhar a formação social com o desenvolvimento pedagógico;
- Propiciar a prática dialógica por meio de parcerias que incentivam e valorizam atitudes de boa convivência.

## **2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

A Escola Municipal Professor Daniel Alvarenga segue a estruturação proposta pela Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte, que define os quantitativos de funcionários, professores e alunos de cada turma, ciclo e turno. A RMEBH também define as diretrizes pedagógicas que as escolas devem se embasar, devendo cada uma fazer as adequações necessárias de acordo com a demanda da comunidade.

Em 2011/2012, a escola criou seu Regimento Escolar. Esse documento define os procedimentos, encaminhamentos, funções, direitos e deveres de cada segmento da comunidade escolar e orienta a organização dos processos dentro da Escola.

### **2.1-Estrutura organizacional administrativa**

O quantitativo de alunos por turma varia de acordo com o ciclo e segue o que determina a Lei Orgânica do Município: 25 alunos no 1º ciclo, 30 alunos no 2º ciclo e 35 alunos no 3º ciclo. O quantitativo de professores é calculado multiplicando-se o número de turmas por 1,5. Deste total é escolhido a coordenação pedagógica e um professor para o trabalho com o Projeto de Intervenção Pedagógica, que oferece aulas de reforço escolar de Língua Portuguesa e Matemática. Além desses profissionais, a escola tem mais um

professor para o Projeto de Intervenção Pedagógica e a um coordenador para cada 10 turmas do ensino fundamental.

No ano de 2013 a Escola tem em seu quadro 46 professores, 6 coordenadores, 5 professores do Projeto de Intervenção Pedagógica 4 auxiliares de secretaria, 3 auxiliares de biblioteca, 1 secretário e 1 auxiliar de serviços gerais no quadro de servidores da prefeitura de Belo Horizonte concursados. Contratados pela Caixa escolar da escola, há 7 cantineiros, 9 faxineiros, 1 mecanógrafo, 1 artífice, 2 porteiros, 2 vigias e 3 auxiliares de apoio à inclusão. Esse quantitativo de profissionais atendem a um total de 897 alunos de ensino fundamental e Educação de Jovens e Adultos, em três turnos de funcionamento. A direção da escola é formada por uma diretora e uma vice-diretora de estabelecimento de ensino, eleitas pela comunidade para o triênio 2012-2014.

O prédio onde a escola está instalada conta com 16 salas de aulas, 3 salas de oficinas, biblioteca, laboratório de ciências, sala de vídeo, dois laboratórios de informática, duas quadras, pátio coberto, play ground, refeitório, área administrativa e de serviço, banheiros nos dois andares, vestiário, banheiro adaptado para acessibilidade, rampas que dão acesso a todas as dependências. A área administrativa é composta por sala dos professores, coordenação, copa, banheiros, mecanografia, secretaria, direção e caixa escolar. A Escola também possui um parque-escola formado por trilha ecológica e quatro quiosques para atividades ao ar livre e de meio ambiente construídos na área de preservação ambiental anexa à escola.

A Escola Municipal Professor Daniel Alvarenga possui uma Caixa Escolar que recebe recursos municipais e federais.

A Caixa Escolar possui um conselho fiscal formado por um presidente que é obrigatoriamente a diretora da escola, um tesoureiro e um representante dos professores, dos pais e dos funcionários, responsáveis por fiscalizar, deliberar e aprovar as prestações de conta que são feitas mensalmente.

As verbas municipais têm como objetivo custear as despesas com os funcionários contratados pela Caixa Escolar, manutenção e conservação predial e assistência e promoção ao educando, além de custear os programas

institucionais como Escola Integrada, Escola Aberta e Escola nas Férias e Projetos Pedagógicos.

As verbas federais são provenientes do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e têm como objetivo custear os programas Escola Aberta e Escola Integrada, além de auxiliar na manutenção predial e assistência e promoção ao educando.

### **– Estrutura organizacional Pedagógica**

A Escola Municipal Professor Daniel Alvarenga organiza seu trabalho pedagógico por ciclos de formação. No ensino fundamental as turmas são divididas em três ciclos. “O ciclo é um tempo contínuo que se identifica como o tempo de formação do próprio desenvolvimento humano: infância, puberdade, adolescência” (Dalben, 2000a, p. 92)

O 1º ciclo é formado pelos 1º, 2º e 3º anos. É considerado o ciclo da alfabetização, do ensino e aprendizagem do sistema de escrita da Língua Portuguesa, que possibilita ao aluno ler e escrever com autonomia, entendendo-se por leitura a capacidade de decodificar os sinais gráficos do sistema de escrita e à escrita a capacidade de codificar os sons da fala.

O processo de alfabetização se dá de acordo com a perspectiva teórico-metodológica do alfabetizar letrando e diz respeito ao ensino da língua escrita baseado em propostas pedagógicas que buscam a formação de leitores e produtores de textos.

O 2º ciclo de formação é composto pelos 4º, 5º e 6º anos do ensino fundamental. Nesse ciclo, os alunos devem consolidar seus processos de aprendizagem da língua escrita. A proposta pedagógica deste ciclo é centrada no desenvolvimento das habilidades de leitura e de escrita de textos, considerando-se os diferentes gêneros. O ensino da matemática para ser significativo, é feito com a utilização de vários recursos didáticos. Considerando que as capacidades cognitivas dos alunos evoluem significativamente nesta fase, alguns aspectos do processo de ensino aprendizagem da matemática abordados no 1º ciclo devem ser retomados e consolidados.

O 3º ciclo de formação do Ensino fundamental é composto pelo 7º, 8º e 9º anos. Os alunos nessa fase devem desenvolver habilidades para o trabalho pedagógico com as diferentes áreas do conhecimento, a fim de possibilitar ao educando o desenvolvimento de uma compreensão do mundo e da ação sobre ele de forma mais ampla e globalizante. As habilidades de leitura e escrita envolvidas na identificação e tratamento da informação em cada área do conhecimento devem fazer parte do programa de ensino das disciplinas escolares.

O trabalho pedagógico é baseado nas proposições curriculares da RMEBH, nas capacidades e habilidades a serem desenvolvidas em cada etapa.

“O ciclo dá como parâmetro para o professor os seguintes elementos que deverão informar sua prática pedagógica : as fases de desenvolvimento humano do aluno, suas características pessoais e as vivências socioculturais” ( Freitas, )

A fim de alcançar uma aprendizagem mais efetiva, o trabalho pedagógico se dá através do desenvolvimento de projetos que abordam de forma interdisciplinar os conhecimentos a serem adquiridos em cada etapa.

O ano letivo é dividido em três trimestres. Ao final de cada um, ocorre o Conselho de classe e o registro do desempenho do aluno no período. A avaliação é conceituada através dos conceitos A, B, C,D e E, que correspondem ao alcance de 90%, 80%, 60%, 50% e menor que 50% respectivamente da assimilação do conhecimento. Os alunos com conceitos D e E são submetidos à recuperação ao final de cada trimestre. Ao final do ano letivo, o aluno que permanece com conceitos D e E devem, no ano seguinte, participar dos Estudos Intensivos, a fim de alcançar o conteúdo necessário para prosseguir no ciclo.

A retenção ou reprovação ocorre no caso do aluno não possuir frequência mínima exigida de 25% do total de 200 dias letivos no ano ou ao fim de cada ciclo quando os conhecimentos básicos para o trabalho no próximo ciclo não estão consolidados.

“ Os ciclos propõem alterar os tempos e os espaços da escola de maneira global , procurando ter uma visão crítica das finalidades educacionais da escola . Está em jogo mais do que simplesmente liberar fluxos , ou sair -se bem em avaliações de sistema ou, ainda, tirar a avaliação formal juntando séries em planejamentos plurianuais.” ( Freitas)

Na busca pela formação humana integral, a Escola Municipal Professor Daniel Alvarenga foi pioneira na implantação do Programa Escola Integral, que atende 282 alunos no contra turno com atividades de esportes, artesanato, dança, reforço escolar, informática, higiene e saúde e alimentação saudável de segunda à sexta-feira. Nos finais de semana, os alunos e toda a comunidade escolar participam das oficinas do Programa Escola Aberta de informática, esporte, artesanato, saúde e beleza, recreação e dança, que tem como objetivo melhorar as relações na comunidade, a socialização e geração de renda, além de contribuir para aproximar e integrar comunidade e escola.

### **3. CURRÍCULO**

Na busca da melhoria da qualidade do ensino na Escola Municipal Professor Daniel Alvarenga, o currículo recebe atenção especial.

Entendendo como conjunto de conhecimentos e práticas a serem realizados em uma instituição de ensino, o currículo tem como objetivo subsidiar a equipe pedagógica em seu planejamento de ensino.

“A opção da escola por esta ou aquela forma de organização curricular requer uma meticulosa discussão, pois cada escola será reconhecida pelo tipo de homem que ela deseja formar e por meio dos mecanismos que utiliza na definição de seu currículo: propondo, selecionando, privilegiando, excluindo, silenciando conteúdos e posturas tanto dos professores e alunos quanto de possíveis interesses das comunidades onde as escolas se localizam. (GONTIJO. GONTIJO. Salto Para o Futuro. Série Currículo e Projetos. Programa N° 4/2004)”

O Currículo na Escola Municipal Professor Daniel Alvarenga foi construído tendo como referência as Proposições Curriculares da Rede Municipal de Educação de BH, texto que apresenta reflexões sobre o currículo a ser desenvolvido em cada ciclo do Ensino Fundamental e é resultado de uma

construção coletiva que contou com a participação de professores e coordenadores das escolas, participantes da Rede de Formação em 2007 e 2008. As proposições curriculares da Rede Municipal de BH são organizadas em Capacidades/Habilidades, que orientam a seleção e organização dos conhecimentos, as metodologias para o seu desenvolvimento e a avaliação, levando em conta as condições do estudante e orienta-se pela Teoria Curricular Crítica.

O currículo construído a partir da teoria crítica, deve funcionar, segundo FRANCO, como instrumento de emancipação e libertação para os educandos.

“A Teoria Curricular Crítica, preocupada não com objetivos e métodos, mas com as intenções desses objetivos, dos conhecimentos e para que o são, conferem ao currículo um caráter subjetivo, que exige comprometimento do docente. A prática pedagógica precisa refletir os fins educativos que se pretende a educação, relacionando-se portanto com o currículo, ou seja, com o tipo de indivíduo que se pretende construir.”  
(FRANCO)

Baseado nesta concepção de currículo, a EM Professor Daniel Alvarenga que tem como princípio a Inclusão social, vem interligar o conhecimento disciplinar aos processos de socialização de crianças, jovens e adultos. Tal ação demanda uma organização dos conhecimentos referentes às disciplinas escolares, às atitudes, aos valores, numa proposta curricular bem definida.

Uma proposta curricular que abrange os conhecimentos disciplinares que devem ser ensinados e aprendidos em cada ciclo, levando em conta o contexto social em que a escola está inserida e que considere que é função da escola a formação global do aluno, deve também incluir as dimensões física, psicológica, intelectual, ética, social e cultural dos educandos.

Assim, o currículo deve garantir a aprendizagem de múltiplas habilidades e conteúdos que são necessários à vida em sociedade, para o aluno compreender a realidade de que faz parte, situar-se nela, interpretá-la, criticá-la e contribuir para a sua formação.

Faz-se necessário, o conhecimento da comunidade. Saber quem é este estudante que chega à escola, que conhecimentos traz consigo, o meio social, cultural e econômico em que vive, sua família e os seus objetivos em relação à escola, tendo sempre como foco que tipo de indivíduo que a escola pretende formar conforme citado no artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96:

“Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (...)”

Isto posto, o currículo da EM Professor Daniel Alvarenga, considerando o que diz a LDB sobre o currículo, tem a pretensão de responder a algumas questões sempre presentes nos discursos dos professores: o que fazer com o aluno que não consegue adquirir os conhecimentos e competências desejáveis? Como mediar a construção de conhecimentos pelos alunos que se dá de modo variado ao longo de sua formação na escola? Como proporcionar aprendizagens em turmas heterogêneas? Como trabalhar adequadamente com alunos e suas famílias que trazem para a escola uma diversidade de questões ligadas a situação socioeconômica, cultural e outras? Afinal, o que crianças e jovens precisam saber?

Os alunos chegam à escola com uma visão de mundo limitada. Os relatos revelam que raramente saem do bairro e quando o fazem, na maioria das vezes é para visitar algum familiar. A escola é a porta para um mundo novo. Muitas vezes o professor fala de situações ou locais nunca antes vivenciados ou vistos por eles, exigem um comportamento diferente do que praticam no dia a dia, valores até então desconhecidos. Na família pouco se lê e o instrumento mais comum de informação é a televisão. No entanto, trazem consigo uma bagagem de experiência que também ao professor muitas vezes é desconhecida. Outra forma de falar, outros valores, outros conhecimentos. Para se alcançar os resultados esperados no que diz respeito à aprendizagem, é necessário se levar em conta ambos saberes.

Vygotsky distingue duas linhas qualitativas no processo de desenvolvimento da criança. Uma de origem biológica que diz respeito à

percepção, atenção, memória involuntárias. Outra de origem sociocultural como linguagem, atenção e memória voluntárias.

“ ele observa que, embora os processos elementares sejam transformados, constituindo novas e mais elaboradas formas de pensamento, a criança não abandona os processos elementares. Dessa forma, Vygotsky não ignora os fatores biológicos envolvidos no desenvolvimento da criança, mas dá importância às vivências sociais e culturais que levam a criança a criar formas mais complexas de pensar e agir” (Caderno 2 da Escola Plural Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte)

Através do trabalho com projetos pedagógicos, pensados e elaborados levando em conta os questionamentos acima e que busca motivar o aluno para que ele seja atuante no seu processo de construção do conhecimento, o currículo da Escola Municipal Professor Daniel Alvarenga se desenha

Na EM Professor Daniel Alvarenga, além dos conhecimentos disciplinares previstos nas proposições curriculares, as vivências culturais e sociais devem se fazerem presentes na maneira de planejar as atividades bem como na seleção de metas e conteúdos, a fim de responder as necessidades apresentadas pela comunidade, na busca de alcançar a qualidade de ensino desejável.

Tendo como base o direito à educação para todos e propondo a sua universalização, o currículo da Daniel Alvarenga busca a formação integral de seus alunos e orienta-se, assim como as proposições curriculares da Rede Municipal de Belo Horizonte, pelas intenções educativas para a Educação Básica, apresentados no Caderno da Escola Plural:

- A construção da autonomia do estudante;
- A construção de conhecimentos que favoreçam a participação na vida social e interação ativa e crítica com o meio físico e social;
- O tratamento da informação e expressão por meio de múltiplas linguagens e tecnologias.

A Secretaria Municipal de Educação implantou também o Programa Escola Integrada que apresenta em sua matriz curricular oficinas e vivências culturais que complementam o currículo da escola regular. O programa oferece

aulas de música, capoeira, dança moderna, informática, jogos educativos, esportes e artesanato, visando trabalhar as múltiplas habilidades dos alunos, melhorando a socialização e o desenvolvimento intelectual e pedagógico dos alunos.

Na Educação de Jovens e Adultos, o currículo deve expressar a dimensão do direito à formação continuada ao longo da vida e da concretização do direito à educação, sem restrição quanto à idade, sobretudo. Dessa forma, a proposta curricular deve pautar nas especificidades que caracterizam o idoso, vida adulta e a formação da juventude e do papel da escolarização nesse processo. A resolução CNE/CEB nº1/2000 em seu Art. 5º propõe que:

Os componentes curriculares consequentes ao modelo pedagógico próprio da Educação de Jovens e Adultos e expressos nas propostas pedagógicas das unidades educacionais obedecerão aos princípios, aos objetivos e as diretrizes curriculares tais como formulados no Parecer CNE/CEB 11/2000, que acompanha a presente Resolução, nos pareceres CNE/CEB 4/98, CNE/CEB 15/98 e CNE/CEB 16/99, suas respectivas resoluções e as orientações próprias dos sistemas de ensino.

De acordo com o Parecer CNE-BH 093/02, a especificidade da EJA implica novas possibilidades de organização da proposta curricular e amplia a responsabilidade dos sistemas de ensino em relação à formação de orientações, podemos acolher as propostas de currículo desenvolvidas a partir de processos formativos que se desenvolvem na família, na convivência humana, no trabalho, nos movimentos sociais, nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais e artísticas.

Nessa perspectiva, os saberes escolares não devem ser reduzidos aos conteúdos escolares presentes nas disciplinas acadêmicas, mas devem se constituir a partir do entrecruzamento de saberes advindos dos educandos, dos conhecimentos acumulados socialmente nas disciplinas e das questões sociais colocadas pelo mundo moderno segundo ALVAREZ LEITE, 1996. Deve-se romper com uma estrutura centrada exclusivamente na transmissão de conhecimentos.

Os educadores devem ser sensíveis para entender a vida adulta como tempo específico de formação, desenvolvendo uma prática educativa

que, em ritmos diferenciados e com ênfases diversas, possa dar conta de todas as riquezas de dimensões formadoras as quais temos direito como adultos.

Assim, a proposta curricular do Projeto EJA deve favorecer as condições para que os educandos possam ser tratados numa visão totalizante, com direito a se formar como ser pleno, social, cultural, cognitivo, ético. Além disso, a dimensão curricular deve expressar uma educação inclusiva e da experiência social dos educandos, os conhecimentos acumulados historicamente e as questões sociais necessárias para compreender a realidade.

Esta proposta curricular tem como objetivo criar uma referência sobre o que é próprio e desejável de ser ensinado e aprendido em cada ciclo, facilitando e norteando o planejamento da escola, bem como as ações que deverão materializá-lo em cada atividade e em cada sala de aula. Porém, entendendo que tal proposta deve ser constantemente avaliada, passível de novas leituras, garantindo ao mesmo tempo flexibilidade, diversidade, coerência, e consistência ao processo curricular.

#### **4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES**

A Escola Municipal Professor Daniel Alvarenga, na organização dos tempos e espaços escolares, leva em conta a realidade pedagógica, a estrutura da instituição e a necessidade dos alunos atendidos, além das orientações da Secretaria Municipal de Educação e a LDB.

A Rede Municipal de Belo Horizonte, considera a organização do tempo escolar na lógica dos Ciclos de Idade de Formação, uma adequação da escola ao desenvolvimento biológico, social e cultural das crianças, pré-adolescentes e adolescentes. Adotando essa perspectiva, a Escola Municipal

Professor Daniel Alvarenga, organiza o Ensino Fundamental em nove anos de três ciclos:

1º ciclo – 6/7/8 anos – 1º, 2º e 3º anos de escolarização

2º ciclo – 9/10/11/12 anos – 4º, 5º e 6º anos de escolarização

3º ciclo – 12/13/14/15 anos – 7º, 8º e 9º anos de escolarização

“adequação de tempos, espaços, conhecimentos e metodologias, vivências e convivências, enfim, para o planejamento das ações educativas, criando melhores condições para a aprendizagem que possibilitarão o crescimento equilibrado dos educandos”(proposições curriculares da RMEBH/2008)

Arco Verde cita em seu texto “Tempo Escolar e Organização do Trabalho Pedagógico”, o que diz Anísio Teixeira:

“Com a chamada democratização da escola primária, devia-se cuidar, não de reduzir o currículo e a duração da escola, mas de adaptá-la à educação para todos os alunos em idade escolar” (Teixeira, 1977, p.128).

A organização do tempo iniciou-se com a construção da grade curricular, que define as disciplinas a serem ministradas em cada ciclo, bem como as horas semanais destinadas a cada uma. A grade curricular inclui a base nacional comum, formada pelas disciplinas de Língua Portuguesa, História, Geografia, Matemática, Ciências, Educação Física e Arte, além de Informática. O 3º ciclo inclui ainda o Inglês. O Ensino Religioso é contemplado no planejamento pedagógico. O ensino de música é ministrado nos três ciclos dentro da disciplina Arte. Educação ambiental, Educação sexual, Direito do Consumidor, Utilidades de doação de sangue, Direito Constitucional, Cidadania e Direitos Humanos, Programas de Saúde e História e cultura Afro-Brasileira, serão ministradas como conteúdos programáticos contemplados no planejamento pedagógico da escola.

O Ensino fundamental na modalidade EJA está organizado em ciclo único de duração mínima de 240 horas e máxima de 1920 horas, podendo ser ampliada em até 480 horas, dadas as especificidades do sujeito. Os componentes curriculares da EJA seguem os mesmos do Ensino fundamental Regular.

Os professores têm carga horária semanal de 22 horas e 30 minutos, distribuídos em 15 horas de regência, 5 horas de Acpate (Atividades Coletivas de Planejamento e Avaliação do Trabalho Escolar) e 2 horas e 30 minutos de intervalo.

As 15 horas de regência são distribuídas de acordo com a grade curricular. Nos 1º e 2º ciclos as turmas contam com o professor referência, que dedica toda sua carga horária ou a maior parte dela a uma única turma, evitando que os alunos tenham grande número de professores passando por ela. No 3º ciclo é levada em conta a disciplina específica para a qual o professor está capacitado a lecionar. Em caso do professor não completar as 16 aulas de regência devido ao número de turmas ser insuficiente para tal, o quantitativo de aulas é completado com horas de apoio à coordenação.

Planejamento das atividades pedagógicas é feito coletivamente, uma vez por semana, em encontro com a participação de toda equipe. Neles são definidos o desenvolvimento de projetos e eventos pedagógicos, como festas da família e junina. Exposições, feira de arte e literatura ou torneios esportivos também são organizados nos encontros semanais. Quinzenalmente, o grupo de trabalho reúne-se por disciplina ou ano do ciclo.

Para permitir a participação dos professores neste encontro os alunos participam do Projeto Vivências Culturais previsto no Plano Curricular, onde acontecem oficinas culturais de música, esporte, arte, ministradas por oficinairos e coordenadas pela equipe pedagógica.

O encontro por grupos de trabalho define metas a serem alcançadas e estratégias de intervenção. A partir do que é definido coletivamente, o professor faz seu planejamento individual, adaptando à realidade da turma o planejamento coletivo do trimestre. “O planejamento de ensino se verifica, portanto, como um elemento integrador entre a escola e o contexto social” (COSTA, SILVA)

Dentre as estratégias de intervenção, a Escola desenvolve o Projeto de Intervenção Pedagógica e a Enturmação Flexível, onde são formados grupos com menor número de alunos para que sejam realizadas atividades que desenvolvam as competências específicas necessárias para aquele grupo. Para a realização da enturmação flexível todos os professores participam do atendimento aos alunos no horário definido, permitindo assim a formação de

pequenos grupos que são divididos nas salas de aula e salas alternativas, adaptadas para tal.

Também o Programa Escola Integrada, que funciona nas dependências da escola, utiliza as salas reservadas para as oficinas de dança, artesanato e reforço escolar.

Para espaços de uso coletivo como quadras, biblioteca, sala de informática, de vídeo e mesas na área externa, que são utilizados por todas as turmas são organizados horários semanais.

O Tempo Integral é um meio de proporcionar uma educação mais efetiva do ponto de vista cultural com o aprofundamento dos conhecimentos, do espírito crítico e das vivências democráticas. A Escola Integrada proporciona ao educando mais 4 horas e 30 minutos diárias para o trabalho com outras capacidades.

A permanência por mais tempo na escola propicia melhor desempenho em relação aos saberes escolares, os quais são ferramentas para a autonomia do aluno. Porém executada dentro da concepção multissetorial de educação integral, que entende que o tempo integral não precisa estar centralizado na Escola. As ações devem envolver diferentes parceiros, como o Programa Segundo Tempo, O Centro Cultural, O Espaço BH Cidadania, o Instituto Zilah Spósito, igrejas, ONG's.

A recuperação acontece trimestralmente após a realização do processo de avaliação e o atendimento aos alunos ocorre no horário de aula regular onde os alunos são enturmados em pequenos grupos para atendimento por um período de uma semana, onde ocorre a revisão dos conteúdos que em que apresentam dificuldade.

## **5. PROCESSOS DE DECISÃO**

A Escola Municipal Professor Daniel Alvarenga ao elaborar o Projeto Político Pedagógico define o processo de decisão a partir de um modelo democrático onde se articulam os diferentes segmentos representativos da comunidade escolar.

Acreditamos na importância de valorizar os alunos, pais, professores e funcionários criando no espaço escolar uma cultura participativa definindo juntos os planos de ação através de um exercício prático de diálogo, conforme citado pela autora: “a escola como instituição social tem a possibilidade de construir a democracia como forma política de convivência humana.” (HORA, 1999: 53)

A partir de reuniões sistemáticas com a participação de alunos, pais professores e funcionários para avaliação e planejamento coletivo serão definidas as metas e objetivos permitindo a todos assumirem o compromisso e a co-responsabilidade nos resultados.

De acordo com o Regimento Escolar as instancias deliberativas para a tomada de decisões coletivas da comunidade escolar serão compostas de:

- Assembleia Escolar, composta pelos membros da comunidade escolar, o coletivo de trabalhadores (as) em educação, estudantes, pais e mães ou responsáveis de estudantes e grupos comunitários, ou seja, as Associações Comunitárias, as Associações esportivas, Grupos religiosos, ONGs e outros. A Assembleia escolar é a instância máxima e funcionará segundo as normas legais e as diretrizes emanadas pelo Sistema Municipal de Educação de Belo Horizonte de acordo com a Portaria 062/2002 da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte.

- O Colegiado Escolar, que é um órgão consultivo, normativo e deliberativo da escola, contará com 30% de representantes de trabalhadores em Educação (Direção, professores e demais membros do estabelecimento escolar), 30% de estudantes comunidade igual ou superior a 12 anos, 30% de pais, mães ou responsáveis pelos estudantes e 10% de representantes de grupos comunitários, garantindo-se a participação de, pelo menos, um membro deste segmento. Cabe ao Colegiado Escolar tomar decisões e critérios gerais relativos à vida escolar e às relações entre os sujeitos que a compõem, pautadas nas orientações da política educacional do Sistema Municipal de Ensino de Belo Horizonte e na legislação municipal, Resolução SMED nº 001/2012 publicada no DOM de 10/01/2012.

Será assegurada a organização do Grêmio Estudantil como entidade representativa dos interesses dos estudantes, com finalidades educacionais, culturais, cívicas, desportivas e/ou sociais. Cabendo à escola fornecer, no que

e como couber os meios necessários ao funcionamento da entidade, tais como: espaço físico, mobiliário e equipamentos para reuniões, bem como material de divulgação sobre as reuniões.

Também no Regimento Escolar está garantido que a escola apoiará a Associação de Pais ou equivalente, para que esta atinja suas finalidades, permitindo a livre organização das famílias, visando à melhoria da qualidade do ensino e da Educação.

A escolha da direção será através de processo eleitoral com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar para um mandato de três anos. Todo o processo eleitoral será organizado de acordo com as normas da Secretaria Municipal de Educação, que é a responsável pelos encaminhamentos e organização legal. De acordo com os artigos 12 e 13 do Regimento Escolar:

Art. 12 - A Direção da Escola Municipal é composta por Diretor e Vice-diretor(es).

Art. 13 - A escolha dos ocupantes do cargo em comissão de Diretor de Estabelecimento de Ensino e da função pública de Vice-diretor de Estabelecimento de Ensino, inclusive para a função pública de Vice-diretor da UMEI, deverá ser feita em eleição direta e secreta, com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, de acordo com o processo eleitoral estabelecido na legislação, para mandato de três anos.

A equipe da Coordenação Pedagógica é constituída pelo Diretor e o Vice-diretor da escola, o técnico superior de Educação, o professor comunitário, o pedagogo e professores eleito pelos seus pares e observada sua identificação e compromisso com o plano de trabalho proposto para a gestão.

Essa equipe de trabalho se responsabiliza pela coordenação, administração e articulações necessárias para o desenvolvimento das propostas pedagógicas da Educação Infantil, de cada ciclo do Ensino Fundamental, e para a modalidade de EJA, apontadas no projeto político pedagógico da escola.

A escolha do Coordenador deverá se pautar pela apresentação de uma proposta de trabalho aos demais profissionais, considerando-se um perfil adequado ao desempenho das funções do cargo.

O tempo de atuação da equipe de Coordenação Pedagógica deverá corresponder ao período de mandato da Direção.

## **6-RELAÇÕES DE TRABALHO**

A participação será o princípio que norteará as relações de trabalho e será vivenciada na prática, através de um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas e da criação e manutenção de um espaço coletivo para estudos, reflexões e debates.

A organização dos alunos, pais, professores e funcionários ocorrerá de forma a facilitar sua real participação nas decisões e acima de tudo na co-responsabilização e na busca coletiva para a construção de uma educação visivelmente transformadora.

A Escola Municipal Professor Daniel Alvarenga proporcionará e estimulará aos diferentes grupos que interagem no espaço escolar, a oportunidade de construir relações respeitadas e democráticas, voltadas sempre para os interesses e o bem coletivos e para que isto se efetive, a escola estará sempre aberta para a participação dos pais e de outras pessoas da comunidade para que também se sintam comprometidas e responsáveis pela qualidade da educação.

Buscando esta interação com a família, os encontros com os pais serão realizados no início do ano letivo para apresentação dos professores e da proposta pedagógica, trimestralmente para apresentação dos resultados dos alunos, nas assembleias escolares que ocorrem semestralmente, no colegiado escolar mensalmente e periodicamente para formação, através de palestras, com temas definidos pelos próprios pais.

Em situação de conflitos na relação aluno – aluno e professor – aluno, será considerado o que está definido no regimento escolar, que orienta que tais situações devem ser encaminhadas para a coordenação ou direção, que registrarão os fatos e se necessário será solicitado ajuda externa para auxiliar na mediação.

Pensando cronologicamente no Planejamento pedagógico, este ocorrerá no início do ano letivo e os planejamentos das atividades trimestralmente. Em ambos os casos, professores, coordenação e direção estarão envolvidos e sua atuação dimensionará o que deverá ser trabalhado, pautado nos documentos oficiais, porém, a maneira com que os trabalhos serão conduzidos, deverá refletir o que a escola apregoa como suporte para a Educação Transformadora que deseja operacionalizar.

Conforme afirma Angelo Ricardo Souza, O planejamento “deve pautar-se pelo princípio da busca da unidade entre teoria e prática e se institui como momento privilegiado de tomada de decisões acerca das finalidades da educação básica.”

Assim, na busca dessa unidade e do exercício do trabalho pedagógico de forma coletiva como forma de superar a fragmentação do planejamento, haverá reunião pedagógica que ocorrerá semanalmente com a participação de professores, coordenação e direção e terá como pauta discutir o desenvolvimento cognitivo dos alunos, a relação professor-aluno, aluno-aluno, avaliar os processos de aprendizagem dos alunos, dentre outros. Também a formação em serviço para os professores e trabalhadores da educação se dará neste espaço, visando maior capacitação e instrumentalização dos mesmos para resolver as questões relacionadas não só à aprendizagem, mas também nas relações de trabalho.

## 7- AVALIAÇÃO

Para ressignificar o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Professor Daniel Alvarenga é necessário criar um espaço de reflexão crítica do trabalho desenvolvido, através de avaliação sistemática da aprendizagem do aluno e de todos os atores ali envolvidos, tendo como objetivo principal a proposição de novos rumos nas ações.

Segundo Vasconcelos (1994:43) a avaliação é:

“um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica sobre a prática, no sentido de captar seus avanços, suas resistências, suas dificuldades e possibilitar uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar os obstáculos”.

De acordo com o Regimento Escolar na Educação Infantil, os procedimentos de avaliação terão a finalidade exclusiva de acompanhamento do trabalho pedagógico e dos processos de desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, classificação ou promoção e em hipótese alguma poderá ocorrer retenção ou reprovação das crianças. No Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos a avaliação escolar é definida como um meio de obter informações sobre os avanços e as dificuldades de cada estudante, constituindo-se em um procedimento permanente de suporte ao processo ensino-aprendizagem, de orientação para o professor planejar suas ações, a fim de ajudar o estudante a prosseguir, com êxito, seu processo de escolarização considerando sempre a proposta pedagógica da escola, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, as diretrizes apontadas pela SMED e pelo Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte.

A avaliação de acordo com o Regimento Escolar consiste em diagnosticar a situação real de aprendizagem do estudante em relação a indicadores de desempenho, definidos pela escola em sua proposta pedagógica e deve buscar a comprovação da construção de competências conceituais, procedimentais e atitudinais, previamente estabelecidas na proposta pedagógica e nos planos de curso. A verificação do desempenho

escolar do aluno é da competência dos professores, por meio de instrumentos discutidos e organizados anualmente com a participação da equipe pedagógica. Os instrumentos deverão trazer informações sobre os processos de aprendizagem, apontando as conquistas e avanços que serão já estão consolidados ou aqueles que precisam ser aprimorados.

Durante todo o processo de aprendizagem devem ocorrer os registros e observações, provas operatórias, auto-avaliação, portfólio onde são organizados e arquivados o que o aluno aprendeu e de que forma aprendeu.

Para a Educação Infantil a avaliação será contínua e cumulativa durante todo o processo de desenvolvimento das crianças no decorrer do ano letivo com, no mínimo, dois momentos de registro formal para informação às famílias.

No Ensino Fundamental a avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno é formadora no sentido de acompanhar o processo de aprendizagem e norteadora de novas ações e metodologias pedagógicas e será formalizada através de registros trimestrais que serão entregues para conhecimento dos pais e alunos. Os alunos participarão do processo de avaliação através da auto avaliação onde terão a oportunidade de expressarem sobre a aprendizagem e dificuldades encontradas no processo.

De acordo com Albuquerque & Silva (1995:9), a avaliação deve deixar de ser um momento terminal no processo educativo para “transformar-se na busca incessante de compreensão das dificuldades do educando e na dinamização de novas oportunidades de conhecimento”.

Serão reservados espaços para organização de encontros para Conselhos de Classe permitindo assim a participação efetiva de todos os envolvidos no processo de aprendizagem tendo como objetivo definir prioridades e ações para atendimento de cada aluno.

A Escola participará das avaliações externas com o objetivo de diagnosticar a aprendizagem ofertada pela instituição e assim permitir, a partir deste diagnóstico, a realização de um planejamento para nova orientação e o desenvolvimento de novas práticas pedagógicas a fim de atender o aluno individualmente.

Haverá também a avaliação institucional de todos os setores da escola, que ocorrerá semestralmente, com o objetivo de avaliar o atendimento escolar,

e contará com a participação de alunos, pais, professores e funcionários sendo que os resultados serão apresentados em Assembleia Escolar e servirá como base para a melhoria da qualidade do trabalho.

A avaliação da gestão acontecerá anualmente com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar. Serão avaliados três eixos: pedagógico, administrativo-financeiro e cooperação e troca com as famílias, de acordo com a orientação e acompanhamento da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte. A avaliação da gestão terá como objetivo traçar o mapa estratégico com foco nos seguintes tópicos: melhoria da aprendizagem, integração institucional, melhoria dos processos de aprendizagem da escola, melhoria do clima escolar e melhoria da infraestrutura e tecnologias.

A avaliação de desempenho dos profissionais será organizada pela Secretaria Municipal de Recursos Humanos e será discutida e implementada com a participação do coletivo.

Por fim haverá avaliação do Projeto Político Pedagógico ao final de cada mandato da equipe gestora a fim de apurar os aspectos positivos e aqueles que precisam melhorar ou readequar, de acordo com a realidade vivenciada.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este documento possui a proposta pedagógica, administrativa, organizacional e política para a Escola Municipal Professor Daniel Alvarenga para o biênio 2013 / 2014.

Respeitando o princípio democrático e inclusivo que permeiam tal proposta, o mesmo foi construído com a participação da comunidade escolar.

Uma vez que o mesmo apresenta a proposta de trabalho a ser colocada em prática com vistas a alcançar a qualidade de ensino e de educação almejada, é necessário que ele passe por avaliações e reformulações constantes.

As avaliações serão o ponto de partida para que novas ações sejam implantadas, bem como novas metas e objetivos e deve ser feita, assim como o próprio documento, com a participação de toda a comunidade escolar, no último trimestre de 2014, para que as novas práticas sejam colocadas em ação no início do ano de 2015.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Ivanise M. & SILVA, Arnold C. **Abordagem e tendências**. Fortaleza - CE, 1995.

ALVAREZ LEITE, Lúcia Helena. **Pedagogia de projetos: intervenção no presente**. Revista Presença Pedagógica. V.2, nº 8, mar./abr, 1996.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de, **O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO NO CONTEXTO DA GESTÃO ESCOLAR**.

Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=12493>

Acesso em 16/04/2013.

BARBIER, Jean. M. *Elaboração de projectos de ação e planificação*. Porto: Porto Editora, 1996. In: AZEVEDO, Janete Maria Lins de, **O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO NO CONTEXTO DA GESTÃO ESCOLAR**.

BELO HORIZONTE. *Cadernos Escola Plural 2: proposta curricular da Escola Plural: referências norteadoras*. Belo Horizonte: PBH [s.d.]

BELO HORIZONTE. Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte. Parecer 052/2002

\_\_\_\_\_. Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte. Parecer CNE-BH nº093/2002

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Educação, **Proposições Curriculares da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte**, 2008.

\_\_\_\_\_. – Secretaria Municipal de educação, Caderno 2 da Escola Plural

\_\_\_\_\_. Regimento Escolar da Escola Municipal Professor Daniel Alvarenga, 2013.

BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 1 (2000) Conselho Nacional de Educação /Câmara de Educação Básica Brasília: Ministério da Educação 2000.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional**. Lei 9394/96. Brasília: Senado, 1996.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CEB 1/2000 : Diretrizes Curriculares Nacionais: Educação de Jovens e Adultos.

CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública**. Educação & Sociedade, vol. 28, n.º 100 - Especial, p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=12493>  
Acesso em 12/05/2013.

COSTA, C. SILVA, I. Planejamento participativo: prática de cidadania ou cidadania na prática? AEC. Revista de Educação. Ano 24, nº96, julho/setembro, 1995.  
Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=12493>  
Acesso em 12/05/2013.

DALBEN, Ângela Imaculada L. de Freitas. Avaliação escolar um processo de reflexão da prática docente e da formação do professor no trabalho. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 1998. (Tese, Doutorado em Educação)

FRANCO, Maristela Canário Cella. **Teoria Curricular Crítica e Prática Pedagógica: Mundos Desconexos**.

Disponível em:

<http://ceunes.ufes.br/downloads/2/marciapereiratexto%2003%20curri.pdf>

Acesso em 12/06/2013

FREITAS, Luiz Carlos de. **CICLO OU SÉRIES? O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espacos da escola?** GT 13 - 27<sup>a</sup>

Reunião Anual da ANPEd, 2004.

Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=12493>

Acesso em 12/05/2013.

HORA, Dinair Leal da. **Gestão Democrática na Escola**. 6. ed. São Paulo: Papyrus, 1999. cap. 3.

GONTIJO Cleyton Hércules. GONTIJO Simone Braz Ferreira **A FLEXIBILIDADE CURRICULAR E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA ESCOLA**. Salto Para o Futuro/TV ESCOLA – Boletim Currículos e Projetos. Programa 4 – 21/06 a 25/06 de 2004.

Disponível em: <http://www.tvebrasil.com.br/SALTO/boletins2004/cp/index.htm>

GUARÁ, Maria F. Rosa. **É imprescindível educar integralmente**. Cadernos CENPEC: Educação Integral, São Paulo, n. 2, p. 15-24, 2006.

TEIXEIRA, Anísio. Educação não é privilégio. UFRJ: Rio de Janeiro, 1999.

SOUZA, Ângelo Ricardo de et Al. **Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola**. 2010. Disponível em:

[moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg). Acesso em 10/07/2013

VASCONCELLOS, C. S. **A construção do conhecimento em sala de aula**. São Paulo: Cadernos Pedagógicos do Libertad 2, 1994.